III SEMINÁRIO DO NECAF E I ENCONTRO DOS EGRESSOS DO GEPEC

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO AEE NO CONTEXTO AMAZÔNICO: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO IRRESTRITA DE ALUNOS NEURODIVERGENTES, NA ESCOLA ESTADUAL ANA NEIRE MARQUES DA SILVA, À LUZ DO DECRETO Nº 12.686/2025

Ana Lúcia Drumond Tanaka[1]

A formulação recente de diretrizes nacionais para a Educação Especial Inclusiva gerou amplas discussões e controvérsias na sociedade civil e no campo acadêmico-profissional, sendo visto por alguns setores como um avanço normativo e por outros como um instrumento que restringe a autonomia familiar e ameaça o reconhecimento da necessidade de serviços especializados. Diante desse cenário polarizado, este trabalho parte do seguinte problema: Em que medida a inclusão obrigatória de alunos neurodivergentes, na escola regular, atende às suas necessidades específicas e assegura condições de equidade no processo educacional? Para respondê-lo, buscou-se apresentar uma análise crítica à regulamentação, partindo da realidade da escola regular como um contraponto prático à diretriz da inclusão irrestrita de alunos neurodivergentes. O trabalho adota uma abordagem de pesquisa qualitativa, com delineamento de estudo de caso baseado na prática profissional reflexiva. A coleta de dados fundamenta-se na observação participante e no registro sistemático em diários de campo das interações, crises de desregulação, resistência ambiental e respostas pedagógicas de alunos com TEA e TDHA na Escola Estadual Ana Neire Marques da Silva, localizada na cidade de Manaus. A análise é de caráter interpretativo, buscando compreender os significados e as dinâmicas sociais e sensoriais que configuram o ambiente escolar. A observação no contexto da referida escola revela que o ambiente tradicional (disciplinar, de longa permanência e de alta estimulação sensorial) não é tolerado por todos os alunos neurodivergentes. A investigação demonstra que muitos alunos manifestam uma resistência significativa a esse modelo, traduzida em crises de desregulação, isolamento e recusa escolar, mesmo com o apoio individualizado e a oferta de outros espaços na escola. A experiência evidencia que a baixa tolerância sensorial e social inerente ao TEA/TDHA faz com que a escola se torne um ambiente de pressão. A mera matrícula em classe regular resulta, muitas vezes, em exclusão funcional, onde a presença física não garante a qualidade da aprendizagem, nem o bem-estar. Embora a equidade seja valorizada no Decreto, o foco na inclusão irrestrita na escola regular, sem garantir a adaptação necessária do ambiente e do currículo, compromete o princípio. Os dados analisados apontam que, para além do AEE, o sucesso da inclusão depende da atuação integrada de uma equipe multiprofissional formada por agentes de diversas áreas da saúde, sendo essa integração crucial para o suporte intensivo. Para alunos com resistência maior ao ambiente regular, nos casos em que a escola regular não consegue absorver a intensidade desse suporte, a legislação deve garantir a opção e a importância das escolas especializadas, validando os centros de referência como parte essencial de um sistema inclusivo. Desse modo, conclui-se que a inclusão efetiva deve ser pautada no bem-estar e na funcionalidade do aluno, reconhecendo que a escola sozinha não esvaziará a totalidade dos desafios relacionados ao atendimento e desenvolvimento de alunos neurodivergentes. É imperativo que o sistema público, à luz da diretriz, garanta a

[1]Mestra em Ensino de Ciências e Matemática (UFAM). Profissional de Apoio ao Escolar (SEDUC/AM). ORCID: https://orcid.org/0009-0001-6572-120X. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2322685904129731. E-mail: ana.tanaka@seduc.am.gov.br

diversificação dos serviços e a opção por ambientes especializados para aqueles cuja resistência ao ambiente regular é incompatível com a qualidade de vida escolar.

Palavras-chave: inclusão; alunos neurodivergentes; escola especializada; legislação.